

Apresentação

Vivemos, na contemporaneidade, uma verdadeira díade contraditória: o capital tornou-se hipermóvel em todas as escalas em que se organiza a atual etapa da economia-mundo, enquanto as pessoas tendem a enfrentar barreiras, especialmente no que diz respeito à mobilidade da força de trabalho. Nos dias atuais, a mobilidade do território torna-se condição da reprodução e da integração sociais.

Por esta razão, os movimentos migratórios situam-se entre os grandes temas no debate atual dos estudos urbanos. Isso porque as migrações internas e internacionais constituem um fenômeno que afeta principalmente as cidades, assumindo cada vez mais o caráter de mobilidade populacional entre cidades de diferentes tamanhos, com impactos no mercado de trabalho, nas condições de moradia e em todos os demais aspectos que dizem respeito à inclusão social do migrante em suas áreas de destino.

Este número dos *Cadernos Metrópole* propôs como tema central a reflexão sobre as atuais tendências das migrações, abarcando todos os tipos de mobilidade espacial em direção às cidades, entre municípios de regiões metropolitanas e incluindo os fluxos internacionais e seus impactos sobre as cidades e seus territórios.

Os movimentos migratórios ultrapassam as fronteiras nacionais e constituem hoje um fenômeno tipicamente urbano e de caráter global, embora com especificidades que variam conforme a região, o país e o grau de desenvolvimento de cada sociedade analisada.

No caso das migrações internacionais, os impactos produzidos nas dinâmicas econômicas, sociais e culturais das cidades de destino têm constituído um desafio aos governos nacionais e locais, sobretudo ao mercado de trabalho e à inclusão de comunidades de imigrantes na sociedade receptora.

Este número está composto por onze artigos, dos quais os oito primeiros referem-se mais diretamente à questão migratória em âmbito nacional, internacional e intra-urbano, a partir de reflexões e questionamentos teóricos e análise de casos concretos.

O texto de Aldo Paviani, apontando a complexidade do tema e seu caráter multidisciplinar, focaliza as reflexões entre migração e desemprego. A partir da análise do caso de Brasília, DF, propõe algumas questões para debate, preocupado com as formas assumidas pela mobilidade de trabalhadores e consumidores que constituem desafio crescente à ação de políticos e planejadores urbanos.

Também focalizando o caso de Brasília, o texto de Brasilmar Ferreira Nunes e Arthur Costa vem contribuir para o estudo da natureza do processo de urbanização no quadro de uma mesma “lógica urbana” presente em outras metrópoles brasileiras, e que se expressa na configuração de um tecido urbano marcado pelas desigualdades. Para discutir a lógica da urbanização em curso no Distrito Federal (Brasília) e suas cidades satélites, os autores partem de dados referentes à renda familiar e ao crescimento e distribuição espacial da população, vinculando as lógicas “espontâneas” de ocupação e o uso do espaço ao recrudescimento da violência urbana.

Referindo-se à metrópole do Rio de Janeiro e comparando-a com outras metrópoles nacionais (São Paulo, Belo Horizonte e Salvador), Rainer Randolph e Pedro Henrique Oliveira Gomes discutem a hipótese de que o aumento da mobilidade de trabalhadores, mercadorias e serviços causa o espraiamento do tecido urbano e o surgimento de áreas perimetropolitanas. Para esses autores, o surgimento dessas áreas não pode ser considerado uma extrapolação das dinâmicas que levaram à configuração das metrópoles, havendo que investigar a existência, nessas áreas, de uma possível ruptura com a lógica metropolitana. O texto indica caminhos para a investigação de fenômeno que se insere no debate recente sobre a expansão metropolitana.

No marco dessas mesmas preocupações, que ultrapassam as fronteiras nacionais, e tendo em vista analisar o fenômeno da “dispersão urbana” na Região Metropolitana de Barcelona, o texto de Anna Alabart Vilà e Cristina López Villanueva acrescenta ingredientes importantes para a compreensão da mobilidade espacial e de seus condicionantes em metrópoles européias da atualidade, onde, desde os anos 1980, a mobilidade residencial intrametropolitana passou a ser o componente de maior peso nas novas dinâmicas demográficas, associada a novas estratégias de localização residencial.

Na vertente das migrações internacionais, os textos de Dulce Maria Tourinho Baptista, sobre os imigrantes angolanos, e de Renato Cymbalista e Lara Rolnik Xavier, sobre a comunidade boliviana, ambas em São Paulo, abordam os desafios enfrentados no processo de inserção territorial e social dessas duas importantes comunidades de imigrantes, apontando horizontes para a investigação de problemas ligados à segregação espacial, ao preconceito e à ausência de cidadania e para o seu equacionamento.

Questões teórico-conceituais fundamentais para o estudo da segregação residencial vinculado à mobilidade intrametropolitana são abordados por Jorge Rodríguez Vignoli, em seu estudo sobre Santiago do Chile para as décadas de 1980 e 1990. A partir do estudo de caso, o autor abre caminho para a realização de outros trabalhos de caráter comparativo, vinculando segregação, imigração mobilidade intra-urbana.

O texto de Huáscar Bolívar Vallejo fecha esse primeiro bloco, colocando importantes questões acerca de dois processos entendidos pelo autor como antagônicos, porém, complementares: a polarização e a “hibridación” sociocultural. Conforme o autor, a produção de estruturas urbanas duais acentua a polarização social e econômica entre os habitantes das principais cidades de nosso tempo – o tempo da globalização, causando desequilíbrios que estão na origem dos movimentos migratórios.

Os três últimos textos que compõem este número analisam processos socioespaciais e políticas urbanas que, muitas vezes, se encontram entre condicionantes dos movimentos migratórios e ajudam a compreender o contexto mais amplo em que são gerados.

O trabalho de Geraldo Marinho, Lúcia Leitão e Norma Lacerda apresenta uma análise prospectiva das transformações urbanísticas na Região Metropolitana de Recife e, a partir de procedimentos metodológicos específicos, identifica diferentes padrões de ocupação espacial e uma provável configuração daquela metrópole para os próximos 25 anos. São também assinaladas suas implicações na distribuição espacial da população e a relevância da questão ambiental urbana.

No conjunto de preocupações acerca da questão habitacional urbana e da formulação de políticas voltadas à produção de moradia, os dois textos finais representam uma contribuição importante para a avaliação, tanto de metodologias de avaliação do déficit habitacional como de experiências brasileiras de urbanização de favelas.

Adauto Lúcio Cardoso faz um balanço dessas experiências, tendo, como base, pesquisa desenvolvida em seis metrópoles brasileiras, além de recorrer à literatura existente sobre o tema. Nesse balanço, Cardoso aponta os principais limites e desafios, mas, sobretudo, os avanços e as potencialidades de desenvolvimento de uma política nacional de enfrentamento da questão.

Quanto ao problema do déficit habitacional e das dificuldades para sua mensuração, Sérgio de Azevedo e Maria Bernadette Araújo procedem a uma discussão minuciosa sobre a importância do aprimoramento metodológico para a elaboração de medidas já existentes, apresentando propostas para padronização dos diferentes índices sociais até então utilizados. Trata-se de espaço importante, no sentido de apontar as principais dificuldades enfrentadas e de propor a revisão de aspectos conceituais.

A abordagem interdisciplinar, a análise crítica e a preocupação com a reflexão propositiva que possa subsidiar a elaboração de políticas públicas constituem aspectos presentes no conjunto de textos trazidos aos leitores neste número, cujo tema central é a questão migratória entendida em sua extensão, condicionantes e complexidade.

Lucia Bógus
Luiz César de Q. Ribeiro
Editores científicos